

## Política externa, burguesia interna e a crise política nos governos Dilma (2011-2016)

Foreign policy, Brazilian bourgeoisie and political crisis in Dilma's administration

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.132078>

Tatiana Berringer

Universidade Federal do ABC (UFABC), São Bernardo do Campo, Brasil

[berringer.tatiana@ufabc.edu.br](mailto:berringer.tatiana@ufabc.edu.br)  

### Resumo

O objetivo do artigo é analisar a política externa dos governos de Dilma Rousseff (2011-2016) e os interesses da burguesia interna na crise política do *impeachment*. Utiliza o arcabouço teórico do marxista Nicos Poulantzas, especialmente a ideia de burguesia interna. Realiza uma pesquisa empírica de análise dos documentos de posição das associações empresariais, especialmente, da Fiesp, CNI e CNA. Diferentemente de parte da bibliografia que aponta críticas ao perfil da mandatária, se comparado ao governo Lula, defende-se que a diminuição do protagonismo do Estado brasileiro na cena política internacional e os resultados econômicos mais baixos decorreram da crise financeira nos EUA em 2008, das mudanças na política internacional com a ascensão da China e o acirramento do conflito entre EUA e China, e a crise política doméstica. Não foi uma alteração da estratégia da política externa da mandatária em relação ao seu antecessor. Os documentos analisados demonstram que a partir de 2012 a burguesia interna brasileira rompeu com a frente política neodesenvolvimentista que dava apoio aos governos PT e aliou-se à frente neoliberal ortodoxa passando a criticar a política externa e defender a mudança na inserção internacional do Brasil.

**Palavras-chave:** Política externa brasileira; Análise de política externa; Dilma Rousseff; Burguesia brasileira; Nicos Poulantzas.

### Abstract

The article analyzes the foreign policy of the Dilma governments and the political crisis of neo-developmentalism. It uses the theoretical framework of the Marxist Nicos Poulantzas, especially the idea of internal bourgeoisie. It carries out an empirical research of analysis of position documents of business associations, especially Fiesp, CNI and CNA. Unlike part of the bibliography that points criticism to the profile of the mandatary, if compared to the Lula government, it is argued that there was a decrease in the protagonism of the Brazilian state in the international political scene and the economic results were lower, but they resulted from the change in international politics and the domestic political crisis, and not from the foreign policy strategy. The documents analysed show that from 2013 the Brazilian domestic bourgeoisie broke with the neo-developmental front that supported the PT governments and allied with the orthodox neoliberal front, criticising foreign policy and defending a change in Brazil's international insertion.

**Keywords:** Brazilian foreign policy; Foreign policy analysis; Dilma Rousseff; Brazilian bourgeoisie; Nicos Poulantzas.

Recebido: 27 Abril 2023

Aceito: 22 Julho 2023

---

Projeto Universal CNPQ "Crise política, a nova direita, Estado e os conflitos de classe no Brasil".

Conflitos de interesse: A autora não reportou potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilha-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/) que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estes devem ser distribuídos sob a mesma licença que o original.

## Introdução

A primeira mulher a se tornar presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, assumiu o cargo em 2011, após os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2010, ambos pertencentes ao Partido dos Trabalhadores (PT). O Brasil havia sido escolhido para sediar três grandes eventos internacionais: as Olimpíadas, a Copa do Mundo e a visita do Papa Francisco. Isso ocorreu porque, aproveitando-se de uma conjuntura internacional favorável, os primeiros governos Lula, através das políticas econômica, social e externa, conseguiram aumentar o crescimento econômico, distribuir riqueza, diminuir o desemprego e garantir um protagonismo do Estado brasileiro na cena política internacional.

Apesar desse quadro positivo que antecedeu a eleição de Dilma, a presidenta viveu uma crise política que teve muitos atos e desdobramentos. Aponta-se que o início da crise data de 2012 com a reação à política econômica adotada; e depois vieram as grandes manifestações nas ruas em junho de 2013, conhecidas como “as jornadas de junho”, seguidas pela Operação Lava-Jato e por uma disputa eleitoral acirrada em 2014 (SINGER, 2018). Assim, o descontentamento dos setores oposicionistas foi se encontrando e se avolumando. E, a despeito da vitória nas urnas, Dilma enfrentou um processo de *impeachment* na Câmara e no Senado, e foi derrotada em 2016, não concluindo o seu segundo mandato.

Este artigo faz uma análise da política externa dos governos Dilma e dos interesses da burguesia interna a fim de entender a relação desses interesses com a crise política de 2016. Buscamos analisar quais foram os elementos da ação internacional do Estado brasileiro que contribuíram na deposição da presidenta. A nossa hipótese é que a grande burguesia interna rompeu com a frente neodesenvolvimentista que apoiava os governos PT entre 2003 e 2016, e passou a reivindicar mudanças na inserção internacional do Estado brasileiro tendo em vista a nova conjuntura internacional e o acirramento dos conflitos distributivos no país.

A abordagem que utilizamos centra-se na relação entre o bloco no poder e a política externa, entendendo que essa política, assim como a política econômica e social, é determinada pelos interesses da fração de classe hegemônica no bloco no poder (BERRINGER, 2015). Portanto, é a mudança da hegemonia no interior do bloco no poder que teria contribuído para alterar a política externa após o *impeachment* de 2016. Interessa-nos analisar a posição política do Estado brasileiro na conjuntura política internacional tendo em vista os conflitos internacionais e domésticos que atravessam e conformam os conflitos sociais entre classes e frações de classe. Para isso, realizamos uma pesquisa empírica em documentos, declarações e entrevistas das entidades que representam os interesses da burguesia interna brasileira, especialmente a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Dividiremos o texto em três partes. Na primeira parte apresentamos o nosso referencial teórico. Na segunda parte descrevemos os principais acontecimentos da política externa brasileira (PEB) entre 2011 e 2016. Buscando defender que a estratégia da inserção internacional brasileira foi a mesma que a do governo antecessor, Lula (2003-2010). Na terceira parte, encontra-se o tema central do artigo: como a burguesia interna foi se posicionando ao longo dos anos e mudando de posição em relação aos principais eixos da política externa brasileira.

## Política externa e o bloco no poder: teoria

A pesquisa se insere no campo de estudos de análise de política externa (APE), o qual se caracteriza por não tratar o Estado como uma entidade homogênea e racional como fazem os realistas. Também não se trata a política doméstica e a política externa de maneira separada, e o “interesse nacional” como algo estático e definido exclusivamente em termos de poder. Tendo isso em vista, utilizamos o instrumental teórico de Nicos Poulantzas (2019) para a análise marxista da política externa (BERRINGER, 2015).

O objetivo da APE é entender como são formuladas e decididas as políticas externas, especialmente pensando nos conflitos inter-burocráticos (ALLISON, 1990) e conflitos entre grupos de interesse (PUTNAM, 2010). Também interessa entender as mudanças na política externa, já que não são consideradas políticas de Estado determinadas exclusivamente pela posição geopolítica que ocupam (HERMANN, 1990).

O realismo neoclássico, por exemplo, parte da combinação entre os fatores sistêmicos do cenário internacional e os fatores domésticos. Nesse sentido, o aumento das capacidades materiais internas leva ao aumento das ambições e da projeção do Estado no cenário internacional, e, ao mesmo tempo, as mudanças ou alterações do equilíbrio de forças na política internacional abrem possibilidade para maior margem de manobra dos Estados no plano internacional (ROSE, 1998).

Lima (2018) defende que a política externa é uma política pública e, portanto, está sujeita a alterações que dependem da correlação de forças sociais e das influências destas sobre o governo, o que dá suporte à ideia de agência da política externa em contraposição à ideia de política externa como política de Estado e controle decisório do Itamaraty, comuns nos estudos sobre a política externa brasileira (CHEIBUB, 1985; LAFER, 2001). Essa área estaria então sujeita às orientações políticas e ideológicas dos governos e às coalizões políticas de apoio e de veto a esses. Concordamos com a análise da relação entre o ambiente doméstico e o cenário internacional e de que as alterações na política externa estão sujeitas às correlações de forças, mas nosso enfoque parte dos interesses de classes e frações de classe e da relação destes com o Estado. O neorealismo parece tratar a sociedade e o Estado como um conjunto de instituições e grupos de interesse que conflitam entre si, tal qual o pluralismo nas ciências sociais. O marxismo entende que as classes sociais são resultado de relações de exploração e dominação e seus interesses são determinados a partir das determinações econômicas, políticas e ideológicas. Não temos como foco as coalizões político-partidárias e a relação entre partidos, Legislativo, Executivo e grupos de interesse. Interessa-nos analisar a relação entre a burguesia, o Estado e o capital externo (burguesia estadunidense, burguesia europeia, etc.) e interesses do imperialismo.

O Estado capitalista é o fator de coesão da formação social, que se define por um núcleo do desenvolvimento desigual (com múltiplas determinações: identitárias, econômicas, políticas e ideológicas) e cujo objetivo é manter o modo de produção capitalista. Ele é formado por uma estrutura jurídico-política que se baseia no direito formalmente igualitário e em instituições universais. As ideias de nação e cidadania são fundamentais para que o Estado se apresente enquanto “representante do interesse geral”, quando, na verdade, ele organiza o bloco no poder e desorganiza as classes dominadas. Isso porque a ideologia nacional encobre o caráter de classe do Estado e tem como efeito o isolamento das classes sociais em indivíduos atomizados que vendem a sua força de trabalho (POULANTZAS, 2019)<sup>1</sup>.

O bloco no poder é a unidade contraditória entre classes e frações de classe sob a hegemonia de uma delas. Isto porque a burguesia não é tratada como um bloco homogêneo e é a partir das determinações políticas, econômicas e ideológicas que as frações se aglutinam e que os conflitos sociais sob o controle da política do Estado se desenvolvem (POULANTZAS, 2019). A fração hegemônica no interior do bloco no poder é aquela que consegue impor prioritariamente os seus interesses e os apresenta como gerais. Há casos de defasagem entre a hegemonia política e a ideológica, ou até de condomínio entre duas frações. Mas a disputa entre duas ou mais frações é recorrente, e pode se alterar a depender das conjunturas políticas nacionais e internacionais.

Poulantzas (1978) defende que a clivagem da burguesia em relação ao capital externo e ao imperialismo divide-se em três frações: a burguesia nacional, a burguesia interna e a burguesia compradora (que também chamamos de associada). A burguesia nacional concentra o processo de acumulação econômica no interior da formação social nacional (dependente) e, portanto, tem interesse em políticas protecionistas e de rompimento com o imperialismo, em aliança com as classes populares. A burguesia interna é a fração que surge com o processo de internacionalização produtiva, sendo, portanto, intermediária entre as outras duas. É ao mesmo tempo dependente e concorrente do capital externo, o que leva a apoiar posições políticas de conflitos seletivos com o imperialismo para garantir a sua sobrevivência. A burguesia

---

<sup>1</sup> Cabe dizer que nos baseamos no conceito de Estado apresentado por Poulantzas em “Poder político e classes sociais” que é bastante distinto do tratamento encontrado no seu último livro “O Estado, o poder e o socialismo” (2000). Neste livro, o autor assume uma perspectiva relacional do Estado a partir da qual se altera também a concepção de estratégia revolucionária. Poulantzas passou a aderir a social-democracia ao invés da perspectiva leninista e estruturalista. Para essa distinção ver Codato (2008).

compradora (ou associada) é a fração mais dependente do capital externo e, que, portanto, age como mera correia de transmissão dos interesses imperialistas no seio da formação social dependente.

Assim, de acordo com Berringer (2015), a política externa é dirigida pelos interesses da fração hegemônica no bloco no poder, e os Estados dependentes podem então assumir as seguintes posições na cena política internacional: subordinação passiva, quando a fração hegemônica for a burguesia compradora; subordinação conflitiva quando a fração hegemônica for a burguesia interna; anti-imperialista quando a burguesia nacional em aliança com as classes populares estiver no poder (provavelmente em processos de transição, que não pudemos ainda ver no Brasil).

A subordinação passiva corresponde às políticas externas de maior alinhamento e subordinação e dependência com o imperialismo, como se pôde ver nos governos de Fernando Collor (1990-1992) e de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). A subordinação conflitiva está ligada às políticas externas que, apesar de não romperem a relação política e de dependência com os Estados imperialistas, buscam criar, através de alianças e coalizões políticas com outros Estados dependentes, o aumento da margem de manobra do Estado na cena política internacional. Este foi o caso dos governos Lula (2003-2010).

A burguesia interna brasileira nos governos PT se aglutinou em torno de políticas de reforma do neoliberalismo que denominamos neodesenvolvimentismo. As políticas incluíam protecionismo seletivo (compras governamentais, financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), política de conteúdo local, etc.), abertura comercial negociada (acesso a mercados para exportações em detrimento de acordos de abertura comercial unilateral proposta pelos Estados imperialistas) e apoio e fomento para a internacionalização de empresas brasileiras. Essa fração era composta pelo agronegócio, indústria manufatureira, grandes construtoras, mineração etc. (BOITO, 2012; BERRINGER, 2015) e rompeu com a frente política que integrou entre 2003 e 2016, tendo apoiado o golpe contra Dilma. Na seção “O bloco no poder, a crise política e a política externa” abordaremos como isso se deu em relação à política externa.

### **A política externa nos governos Dilma**

As análises da política externa dos governos Dilma apontaram duras críticas à mandatária, enfatizando certo desinteresse na área ou inabilidade política de escuta e negociação com o empresariado. Cornetet (2014) assinala que houve uma alteração da chamada “diplomacia presidencial”, tendo em vista a diminuição de viagens internacionais da presidenta se comparado com Lula. Cervo e Lessa (2014, p. 104) atribuem o declínio do Estado brasileiro nas relações internacionais às dificuldades de Dilma em “movimentar sociedade e Estado em torno de estratégias de ação externa”.

Lima (2018), por seu turno, defende que política externa dos governos PT se inscreveu na estratégia de busca por autonomia no cenário internacional. Para a professora, as políticas autonomistas correspondem a períodos de exceção na história da PEB, e acabaram sendo sufocadas pelas forças conservadoras, especialmente em 1964 e em 2016. A política externa dos governos PT teria então desagradado às “elites econômicas, associações empresariais e setores políticos conservadores” (LIMA, 2018, p. 50).

Para nós, durante os governos de Dilma Rousseff, o Estado brasileiro manteve de maneira geral a estratégia que vinha sendo adotada nos governos Lula no que tange à prioridade conferida às relações Sul-Sul, em especial, a política de integração regional via MERCOSUL e UNASUL e o investimento em coalizões e cooperação com a África e o agrupamento BRICS –, além de um relativo afastamento (conflitos pontuais) dos Estados Unidos (EUA). Esses elementos apontam uma continuidade da subordinação conflitiva em relação ao imperialismo que fora adotada nos governos Lula entre 2003-2010 (BERRINGER, 2015). Nesse sentido, a partir de 2011, o menor protagonismo do Estado brasileiro na cena política internacional e os saldos econômicos mais baixos teriam resultado do impacto da crise financeira internacional, da nova dinâmica da política internacional e, sobretudo, da crise política nacional.

O governo teve início com uma conjuntura internacional bastante conturbada no Oriente Médio em função da chamada “Primavera Árabe” em 2011, que o levou a tomar posições relevantes na Organização das Nações Unidas (ONU).

Logo na abertura da Assembleia Geral da ONU, Dilma defendeu uma posição crítica em relação ao conceito de “Responsabilidade de Proteger”, e como contraponto, ela apresentou a ideia de “Responsabilidade ao Proteger” (BRASIL, 2011). Isso porque a primeira pode ser utilizada como justificativa de intervenção externa em determinada formação social acusada de não conseguir garantir a proteção à vida dos seus cidadãos. A posição do Estado brasileiro seria a defesa do esgotamento de todas as formas (diálogos, negociações etc.) antes de qualquer ação externa em território estrangeiro, mantendo o princípio de defesa da soberania da própria Carta das Nações Unidas. Assim, como membro não-permanente no Conselho de Segurança da ONU, o Estado brasileiro se absteve das votações sobre o controle do espaço aéreo na Líbia. Buscou também uma saída negociada para a crise ao lado do grupo IBAS. Apoiou o Grupo de Ação de Genebra e o Plano de Seis Pontos de Kofi Annan. Votou também contra a resolução da ONU de 2013 que previa o uso da força na Síria, posicionou-se contra a adoção de sanções, e assumiu o comando da *Maritime Task Force of the United Nations Interim Force in Lebanon* (UNIFIL). Destaca-se também o voto do Brasil na ONU favorável às investigações sobre as supostas violações de direitos humanos no Irã, e a condenação do apedrejamento de Sakineh Ashtiani, além da manutenção da campanha pela reforma do Conselho de Segurança da ONU. Em suma, no que tange aos conflitos internacionais, o Estado brasileiro manteve a posição de defesa do princípio de não-intervenção em assuntos domésticos, a busca de solução pacífica de conflitos e a defesa dos direitos humanos e do multilateralismo (RIEDIGER, 2013).

Em relação aos EUA, o presidente Obama veio ao Brasil em 2011. Firmaram acordos na área de facilitação de vistos e cooperação educacional e científica. No entanto, a revelação do site *Wikileaks* da espionagem estadunidense de mensagens da Presidenta e da Petrobras, estremeceu as relações bilaterais entre os Estados brasileiro e estadunidense, levando ao cancelamento da visita oficial programada da presidenta Dilma àquele país em 2013. Em 2014, ao lado da chanceler alemã, Angela Merkel, o Estado brasileiro conseguiu aprovar na ONU uma resolução sobre a proteção internacional à privacidade nos meios digitais. Quando houve uma nova ofensiva na Faixa de Gaza em 2014, o Estado brasileiro chamou o embaixador de Tel Aviv para consultas e emitiu uma declaração condenando as ações do Estado de Israel, o que levou o governo israelense a chamar o Brasil de “anão diplomático”.

Consideramos que o conjunto dos fatos acima, somado aos avanços dos BRICS, à política de integração regional na América Latina e à posição em relação à questão da Crimeia em 2014 (quando o Estado brasileiro não se manifestou para condenar ou impor sanções à Rússia), corresponderam aos conflitos pontuais entre o Estado brasileiro e o imperialismo.

Cabe lembrar de eventos que colocaram o Estado brasileiro no centro da cena política internacional em 2012, demonstrando prestígio e protagonismo da PEB: a Conferência Rio +20; a indicação do diplomata brasileiro, Roberto Azevêdo, ao cargo de Presidente da Organização Mundial do Comércio (OMC); o voto favorável ao reconhecimento da entrada do Estado palestino como membro da Unesco e membro observador da ONU, e a disposição voluntária do Estado brasileiro para mediar as negociações do conflito entre o Estado de Israel e a Palestina.

Em matéria de defesa nacional, destaca-se a criação do Livro Branco de Defesa Nacional, o acordo para o lançamento do submarino de propensão nuclear, em cooperação com a França, os acordos firmados com a Rússia, China e Japão na área de satélites, mísseis e outras tecnologias, assim como a conclusão da compra dos caças suecos Gripen. Essas iniciativas foram feitas sem conferir privilégio às relações com os EUA e suas empresas.

No que tange à cooperação internacional, destacam-se ainda os programas Ciências sem Fronteiras e Mais Médicos. O primeiro previa financiamento de intercâmbios para jovens universitários terem contatos com outras culturas e centros de inovação, e o segundo, tentava suprir a demanda de regiões fora dos grandes centros do país, possibilitando atrair médicos de outras nacionalidades, em especial, de Cuba, onde há grande formação de profissionais da saúde.

O Estado brasileiro perdeu ainda a dívida de 13 Estados africanos, visando a solidariedade e o estreitamento de laços econômicos e políticos. Foram aprovados acordos bilaterais de investimentos com Estados africanos e foi aberto um escritório de representação do BNDES na África do Sul. Houve a assinatura de 156 novos programas de cooperação com

apoio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), destacando-se também projetos na área de defesa. Apesar disso, o número de visitas oficiais do Brasil ao continente africano foi menor do que seu antecessor (OLIVEIRA, 2015).

Em relação à América do Sul, o Estado brasileiro participou da criação da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC). Foi criada a Escola Sul-Americana de Estudos de Defesa (ESUDE), ligada à UNASUL. O ex-secretário de Relações Exteriores do Brasil, Samuel Pinheiro Guimarães, exerceu o cargo de Alto Representante Geral do MERCOSUL visando, entre outras coisas, a construção de um Estatuto da Cidadania para todos os Estados-membros. Foi aprovada a admissão do Estado boliviano ao bloco em 2015. Essas iniciativas seguiram as ações do governo anterior de fortalecimento da integração regional, ampliando a agenda para temas políticos e sociais em detrimento do foco exclusivo em questões econômicas. Corresponde ao modelo de regionalismo multidimensional (GRANATO, 2015), que difere da proposta de regionalismo aberto dos anos 1990.

Como contraponto a esse modelo, o Estado brasileiro buscou avançar a integração econômica “extrabloco” através de acordos de tarifa zero com os Estados da Aliança do Pacífico (Estados peruano, chileno e colombiano) e da firma do acordo com a Autoridade Palestina, em 2011.

Com o golpe de Estado no Paraguai, em 2012, ocorreu um ponto de inflexão na política regional. O presidente Fernando Lugo foi destituído em 48 horas, sem direito à defesa. A UNASUL tentou atuar como mediadora da crise, como fez no Equador e na Bolívia em 2008, mas essa iniciativa não obteve sucesso. Assim, decidiu-se utilizar a Cláusula democrática do protocolo de Ushuaia, suspendendo o Estado paraguaio do MERCOSUL (SOARES, 2016). Logo em seguida, optou-se por incorporar o Estado venezuelano ao bloco, já que seu ingresso estava apenas aguardando a decisão do Congresso paraguaio. Criou-se, com isso, uma situação de crise e conflito dentro do MERCOSUL, que produziu efeitos no Brasil, como demonstraremos na próxima seção.

A política externa de Dilma Rousseff também avançou em relação aos BRICS e às relações sino-brasileiras. Na III Cúpula dos BRIC, em 2011, decidiu-se pela incorporação da África do Sul, transformando o grupo em BRICS; em 2012 houve a firma da Parceria Estratégica Global entre os Estados brasileiro e chinês, que alterou o nível de intercâmbio tecnológico entre os dois países. Em 2014, durante a IV Cúpula dos BRICS, que ocorreu em Fortaleza, foi lançado o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e o Arranjo Contingente de Reservas (ACR) dos BRICS. Logo em seguida, houve também um encontro entre BRICS e UNASUL.

De acordo com Vasconcelos (2020), a criação do ACR e do NDB atendiam às demandas dos Estados-membros e visavam construir uma nova arquitetura financeira internacional. As novas instituições dos BRICS representam um processo de subordinação conflitiva face às instituições de Bretton Woods, uma vez que não romperam com essas, mas também não se associaram passivamente a elas. O autor destaca que a criação do NDB e os aportes em investimento em infraestrutura estavam ligados aos interesses da grande burguesia interna brasileira. O papel do Estado brasileiro neste processo garantiu o cargo de vice-presidente do Banco para o economista Paulo Nogueira Batista Jr.

Por outro lado, verificou-se a partir desse momento uma ofensiva externa contra o neodesenvolvimentismo brasileiro. O Estado brasileiro teve de responder a um painel na OMC sobre o programa Inovar Auto que foi implantado em 2013 e duraria até 2017 e tinha como objetivo conter as ameaças do aumento das importações nesse setor, especialmente, o aumento da importação de produtos chineses. O processo foi aberto por Japão e União Europeia (UE) e teve participação da Argentina, China, EUA e Austrália. Acusava o Brasil de protecionismo e de ferir as normas do livre-comércio, produzindo injustiça com as empresas estrangeiras, uma vez que impunha um regime tributário oneroso às importações, concedia incentivos fiscais ao produtor local e oferecia subsídios às empresas exportadoras.

A junção dos avanços do programa neodesenvolvimentista, dos compromissos do MERCOSUL, UNASUL e BRICS e a exploração do pré-sal sob o regime de partilha apontava para um novo horizonte acerca do papel do Estado brasileiro na estrutura de poder internacional. Nessa época falou-se muito em Potências Emergentes e na construção de outra ordem política internacional. Isso certamente passou a incomodar os EUA, levando-os a atuar na crise política brasileira, em

especial, na Operação Lava Jato, através do que ficou conhecido como *Lawfare*: uso político do judiciário para realizar intervenções externas a fim desestabilizar governos e partidos políticos comprometidos com a soberania e a justiça social (AMORIM; PRONER, 2022).

Conclui-se então que a política externa do primeiro Governo Dilma (2011-2014) seguiu a mesma estratégia dos governos Lula e manteve subordinação conflitiva em relação ao imperialismo, especialmente na política regional sul-americana e na relação com o Estado Chinês e os BRICS.

### **O bloco no poder, a crise política e a política externa**

A estratégia da política externa Sul-Sul do Estado brasileiro durante o período estava ligada aos interesses da grande burguesia interna e das classes populares que integravam a frente neodesenvolvimentista (BERRINGER, 2015). Com o aprofundamento da crise política interna, a perda do apoio da burguesia interna e das classes populares ao projeto neodesenvolvimentista começou a se intensificar.

As críticas à política externa apareceram com força no debate público, através da imprensa, dos movimentos sociais e, também de parte das entidades representativas da burguesia interna. Passou-se a adotar caracterizações como isolacionismo, bolivarianismo e ideologização para referir-se ao conjunto da política externa e, em especial, ao foco e ao modelo conferido à política regional, tanto os compromissos e contornos do MERCOSUL e da UNASUL, como a relação de apoio ou aproximação com o Estado venezuelano. Essas posições estiveram muito presentes nas manifestações de rua em 2015 e nas declarações de lideranças políticas do processo de *impeachment* da Presidenta, que tinham ampla composição da alta classe média (BARROS, 2022). Elas atestam também o caráter de subordinação da burguesia associada e vão revelar a fraqueza política e ideológica da burguesia interna. Veremos isso com mais detalhe a seguir.

Sabemos que é difícil precisar o início de uma crise política. Mas podemos reunir uma série de fatos e elementos que ajudam a montar um pouco o quebra-cabeça que culminou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016. Trata-se do entrelaçamento de interesses externos e internos em torno de alguns fatores essenciais, tais como: a crise econômica e a manutenção das políticas de distribuição de renda, as jornadas de junho de 2013<sup>2</sup>, a Comissão Nacional da Verdade e a Operação Lava Jato.

Consideramos que a crise política foi desencadeada pelas contradições entre duas frentes políticas, a neoliberal ortodoxa e a neodesenvolvimentista (BOITO JÚNIOR, 2016). A frente neoliberal era composta pelo imperialismo e pela fração da burguesia imbricada a ele (burguesia compradora ou associada) e pela alta classe média (em especial, os operadores do direito, funcionários públicos, trabalhadores do setor de serviços e autônomos, como jornalistas, advogados, médicos, entre outros). Por seu turno, a frente neodesenvolvimentista era integrada pela grande burguesia interna e por setores das classes populares, como trabalhadores sindicalizados, camponeses e parte da massa marginal (BOITO JÚNIOR, 2016).

É importante lembrar que o processo de *impeachment* e a prisão de Lula em 2018 se desenvolveram dentro de uma conjuntura internacional em grande transformação devido a cinco elementos que se entrelaçam: 1) crise financeira de 2008; 2) o novo papel da China na política internacional e, em especial, na América do Sul; 3) o acirramento do conflito entre EUA e China; 4) aumento da ofensiva dos EUA sobre os governos neodesenvolvimentistas latino-americanos e; 5) surgimento de movimentos políticos e governos de extrema direita em vários países no Norte e no Sul Global. Esse contexto produziu efeitos na política doméstica e na política externa do Estado brasileiro, conforme sustentaremos a seguir.

---

<sup>2</sup> Para nós, as jornadas de junho não ocupam a centralidade que outros autores costumam dar para a crise política dos governos Dilma. Mas achamos inegável destacar que ali se gestaram elementos importantes como a pauta contra a corrupção, a mobilização da alta classe média, setor que será a força dirigente do golpe e do movimento bolsonarista, entre outros elementos que contribuíram para a desestabilização política no Brasil.

Não podemos também minimizar o fato de que a crise política brasileira sofreu também interferências externas, especialmente, por meio da Operação Lava Jato<sup>3</sup>. Trata-se de uma ofensiva contra o programa político que vinha sendo adotado nos governos do PT, especialmente a relação com a América do Sul e com o agrupamento BRICS. Além disso, havia o interesse do imperialismo no pré-sal, cujo regime de partilha e as expectativas de ganhos econômicos poderiam levar o Estado brasileiro a transitar de posição na estrutura de poder internacional. Segundo Boito Jr., com a Operação Lava Jato, ficou evidente que “o imperialismo e a burguesia associada utilizaram politicamente a corrupção para destruir a hegemonia que a grande burguesia interna brasileira obteve com os governos do PT” (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 260).

No que tange à política externa, observa-se no interior da crise política uma inflexão a partir de 2012, quando há uma conjunção de fatores que levaram a grande burguesia interna a questionar o seu apoio à política externa dos governos do PT, dentre os quais: 1) a diminuição do PIB; 2) o aumento das barreiras comerciais da Argentina, dado a crise econômica e política e a necessidade de proteger a sua indústria; 3) a formação da Aliança do Pacífico 4) o Golpe de Estado no Paraguai, dando início à crise do período de governos “progressistas” ou neodesenvolvimentistas (reformistas); 5) a entrada da Venezuela no MERCOSUL e o aprofundamento da crise política naquele país; 6) o aumento das importações, que disputam os mercados local e regional com a burguesia interna brasileira<sup>4</sup>.

Observamos que para além do aumento das trocas comerciais sino-brasileiras, a China também se tornou uma grande investidora em setores produtivos e estratégicos no país e na região. Esses recursos concentraram-se no setor de energia e infraestrutura no Brasil (SCHUTTE, 2020). O Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) foi oficialmente reconhecido pelos dois Estados em 2015. O CEBC busca atender aos interesses de setores da burguesia interna brasileira, e reconhece que as relações Brasil-China têm se concentrado mais em investimentos do que no comércio, com destaque para a área de energia, eletrônicos e automotivos (CEBC, 2016). Em documento publicado em 2016, o CEBC avalia os investimentos chineses em 2014-2015, tendo em vista a nova posição da China na economia mundial e diz:

O Brasil, naturalmente, faz parte dessa nova fase de investimentos chineses – seja por estar incluído em operações de grandes multinacionais, seja pelas nossas características, dadas pelas atuais circunstâncias do País, pelas oportunidades de investimentos, especialmente em infraestrutura, e pelo atrativo vindo da oferta de recursos naturais, atualmente concentrado em alimentos (CEBC, 2016, p. 7).

Neste mesmo sentido, a CNI mostrou-se favorável à concessão de investimentos estrangeiros diretos por parte da República Popular da China (RPC) ao Brasil. Carlos Abijaodi, diretor de Desenvolvimento Industrial da entidade, aponta que “A agenda da indústria para a China tem três pontos: aumentar o acesso dos produtos brasileiros no mercado chinês, fomentar os investimentos de empresas chinesas em projetos estratégicos no Brasil e manter os instrumentos de defesa comercial” (CNI, 2016).

Dessa forma, infere-se que, apesar de setores da grande burguesia interna brasileira requererem do Estado brasileiro a proteção em relação às importações chinesas, há um consenso no que tange aos grandes aportes chineses, especialmente, os investimentos voltados para a infraestrutura, e o acesso ao mercado chinês para exportações de empresas brasileiras, sobretudo, de produtos básicos (BERRINGER; BELASQUES, 2020).

No período da crise houve uma mudança de posição da burguesia interna sobre a política regional. Em 2012, demonstrando consonância com os avanços da UNASUL, a Fiesp organizou um Seminário sobre a Infraestrutura Regional,

<sup>3</sup> A Operação Lava Jato teve início em 2014 e visava investigar supostos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo a Petrobras, as grandes empreiteiras brasileiras e o PT. Os processos foram comandados pela Justiça Federal de Curitiba (capital do estado do Paraná no Sul do Brasil), pelo então juiz Sérgio Moro. Conforme revelado pelo *The Intercept* os processos jurídicos foram conduzidos com parcialidade e transgressões, tratou-se, portanto, de *lawfare* (uso do direito para fins políticos, comerciais e econômicos). Levou à prisão Marcelo Odebrecht, Luiz Inácio Lula da Silva e outros importantes atores do neodesenvolvimentismo.

<sup>4</sup> Este, de certa forma, foi elemento novo, dado que desde a crise de 2008, a China passou a ocupar uma nova posição na economia política internacional, tornando-se a principal exportadora de manufaturas para América Latina e a principal importadora de commodities produzidas na região (BERRINGER, 2017).

cujo resultado foi a publicação de um livro sobre o tema (FIESP, 2012). Em novembro de 2015, a entidade organizou também um seminário sobre Integração Produtiva na América do Sul. Essas iniciativas refletem o entusiasmo da entidade com os projetos da Conselho de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan) da UNASUL e do MERCOSUL.

No entanto, em documentos da Fiesp, CNI e Ícone<sup>5</sup> dos anos de 2012, 2013 e 2014, verificou-se que as manifestações de descontentamento cresceram em relação ao MERCOSUL. Essas entidades passaram a criticar as imperfeições da implantação de uma zona de livre-comércio do bloco e, concomitantemente, iniciaram um ataque à União Aduaneira, pedindo o abandono desse compromisso a fim de garantir maior liberdade ao Estado brasileiro na arena internacional. Além disso, questionaram os custos e implicações que a adesão ao bloco passou a representar na PEB, considerando-a um entrave para celebração de acordos bilaterais. O trecho abaixo de um documento da CNI exemplifica esse novo posicionamento:

O MERCOSUL é importante para a indústria manufatureira brasileira. Mas o estado de paralisia em que se encontram suas principais instâncias decisórias e as divergências crescentes entre os sócios sugerem que é hora de rever o modelo de integração. Os acordos preferenciais de comércio devem prover instrumentos para facilitar o fluxo de mercadorias, bens e serviços e oferecer segurança jurídica e previsibilidade. É disso que as empresas brasileiras precisam para operar com maior eficiência no MERCOSUL e investir na constituição de cadeias de valor, lideradas a partir do Brasil. Isso não será possível sem que o bloco complete e atualize sua agenda de livre comércio. Essa deve ser a prioridade (2014, p. 12).

O acordo MERCOSUL-União Europeia é emblemático por demonstrar as mudanças no posicionamento da burguesia interna a partir de 2012 quando as crises política e econômica se aprofundaram. Além do MERCOSUL ter sido um dos pilares da política externa dos governos do PT, chama a atenção o fato de que durante as primeiras rodadas de negociação do acordo entre os blocos, entre 1999 e 2004, percebia-se uma oposição clara entre o agronegócio, que via mais pontos positivos no acordo e, portanto, era mais demandante, e a indústria que temia perder mercado para os produtos da UE sendo, portanto, mais resistente ao acordo. Especialmente os setores mais voltados para a exportação como os têxteis, calçados e siderurgia apresentaram postura mais favorável, enquanto máquinas e equipamentos, papel e celulose, químicos e eletroeletrônicos mostraram maior oposição (OLIVEIRA, 2003). Portanto, historicamente, tanto a Fiesp quanto a CNI, como a indústria de máquinas e equipamentos foram resistentes ao acordo.

As posições da Fiesp e da CNI se mantiveram até 2010 quando as negociações entre os blocos foram retomadas. No estudo técnico realizado pela Fiesp e pelo Ícone (2012, p. 58-61), afirmava-se que os ganhos para a indústria seriam relativamente pequenos se comparados com o setor agrícola. Este dependia do abandono do protecionismo europeu. A balança comercial certamente seria desfavorável ao Brasil, especialmente para os setores de manufaturados, máquinas, equipamentos e químicos. Mas, na contramão desse estudo, e em meio à crise política brasileira, a Fiesp e a CNI passaram a exigir prioridade para a conclusão das negociações, segundo documentos lançados pelas entidades em 2013 e 2014:

O acordo MERCOSUL-União Europeia é uma prioridade imediata da política externa brasileira e deve ser finalizado até o início de 2015. O acordo poderá também ser efetivado, por parte do MERCOSUL, em velocidades distintas, por meio de listas e cronogramas de desgravação diferenciados, com vistas, futuramente, à convergência normativa entre os membros do bloco (FIESP, 2014, p. 4).

Nesse mesmo sentido, a CNA defendia que os acordos bilaterais e os mega acordos regionais deveriam ser prioridade do Estado brasileiro. Para a entidade, os compromissos institucionais do MERCOSUL limitavam o avanço de negociações de novos acordos, em especial, com os EUA, a UE e a Ásia. Assim, reclamavam por “[...] definição de uma estratégia de política comercial clara e objetiva que resgate a autonomia do Brasil para negociar acordos comerciais independentemente do MERCOSUL” (CNA, 2014, p. 37).

<sup>5</sup> Instituto de Estudos do Comércio e das Negociações Internacionais. Criado em 2003, é um *think tank* ligado ao setor da agricultura e do agronegócio, contribuindo na articulação dos interesses privados no Brasil, o Estado e os organismos multilaterais.

Segundo Rodrigues *et al.* (2019) essa mudança de posição em relação ao acordo MERCOSUL-União Europeia pode também estar ligada à nova estrutura econômica brasileira: aprofundamento da desindustrialização e a reprimarização da pauta de exportação. Com isso, a burguesia industrial teria perdido poder político, e o agronegócio teria ganhado mais espaço, impondo mais a demanda pelo acesso ao mercado europeu. O conflito entre indústria e agronegócio, que marcou a trajetória das negociações com o bloco europeu, pode então ter encontrado um momento de enfraquecimento da indústria e de mudança da sua posição política.

Reafirmamos que isso ocorreu também logo após a entrada do Estado venezuelano e a suspensão do Estado paraguaio no MERCOSUL. Essas ações fizeram crescer a rejeição ao modelo de regionalismo que os governos do PT estavam construindo. A concomitância entre a suspensão do Estado paraguaio e a entrada do Estado venezuelano foi interpretada pela oposição como uma manobra do Estado brasileiro a fim de favorecer o governo de Hugo Chávez. Passou-se então a uma campanha de denúncia do caráter político que estaria se sobrepondo aos interesses econômicos do bloco (COSTA, 2021, p. 69-70).

Carlos Abijaodi, diretor da CNI, em harmonia com a Fiesp, escreveu que a estagnação do comércio e a acentuada descrença do empresariado no bloco foram agravados pelos “problemas institucionais vividos com a suspensão do Paraguai, com a imprevisibilidade na gestão venezuelana e com os efeitos do contexto econômico da Argentina”. A Confederação publicou ainda que o MERCOSUL tinha “se voltado para os temas políticos e sociais, deixando em suspenso as questões econômicas fundamentais para a operação das empresas” (CNI, 2014b, p. 22). Além disso, Abijaodi foi enfático ao afirmar que ao Brasil interessa um MERCOSUL “que priorize uma agenda econômica e deixe em segundo lugar os temas políticos” (CNI, 2015).

Havia também certo rumor de que o fato de o MERCOSUL não avançar em uma lista de produtos que entrariam na remoção das tarifas no comércio birregional era uma responsabilidade do Estado argentino, pois este seria mais resistente ao acordo. Mas, ao final de 2014, isto foi desfeito com a apresentação de uma lista de oferta do lado do Cone Sul, que não recebeu a contrapartida europeia.

Cabe lembrar ainda que o Brasil foi retirado do Sistema Geral de Preferências (SGP) da Europa, em 2014, perdendo uma redução tarifária importante garantida pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) desde 1971 (FIESP, 2014). A UE passou a adotar naquele ano o SGP *Plus*, que estabelece critérios de direitos humanos, trabalhistas, meio ambiente, política de combate às drogas e boa governança, aos quais o Brasil não se enquadra.

A política regional foi o principal tema a ser questionado por parte da burguesia interna brasileira. Isso deu sustentação para a crítica de “ideologização”, “partidarização” e “bolivarianismo” da política externa dos governos petistas que acabaram sendo acatadas por parte da grande burguesia interna durante o processo do golpe de Estado de 2016 (BERRINGER, 2017, p. 26). Essa postura indica que a grande burguesia interna não aceitava a posição anti-imperialista e temia que o MERCOSUL fosse “contaminado” pela posição do Estado venezuelano.

Juntou-se a este fato o avanço das negociações dos mega acordos internacionais: Tratado Transpacífico (TPP), Tratado de Investimentos (TISA) e Tratado Transatlântico (TTA) para sustentar que a atuação do Estado brasileiro estaria levando o país ao isolamento internacional. Em documento, a CNI afirma:

O Brasil não pode ignorar a chegada de uma nova “onda” de negociações preferenciais, cuja origem pode ser relacionada à crise do multilateralismo, à busca de resposta aos requisitos de funcionamento das cadeias internacionais de valor e à percepção de riscos de competição desleal vinculados à emergência de novos competidores (2014, p. 11).

Assim, percebe-se que a burguesia interna passou a reivindicar uma flexibilização no MERCOSUL e a busca por novos acordos comerciais. Além de um afastamento das relações com o Estado venezuelano e com os demais Estados vizinhos.

## Considerações finais

Constatou-se que, diferentemente do apontado pela bibliografia, não houve mudanças significativas na política externa de Dilma Rousseff. A inserção internacional do Estado brasileiro seguiu o governo antecessor, de tal sorte que esta continuou a ter uma posição de subordinação conflitiva em relação ao imperialismo.

Por outro lado, por meio da análise dos documentos das entidades de classe, verificou-se um ponto de inflexão de seu apoio à PEB em 2012 e 2013 e rompimento da burguesia interna com a frente neodesenvolvimentista. Isso se deu em função da nova conjuntura internacional, da reprimarização da economia brasileira e de uma forte ofensiva imperialista contra os governos neodesenvolvimentistas ou de ruptura com o neoliberalismo na América Latina. Com isso, a burguesia interna aliou-se à burguesia compradora, ao imperialismo e à alta classe média.

A inflexão percebida nos posicionamentos das principais entidades empresariais brasileiras a partir de 2012 confirma o seu caráter de burguesia interna de fraqueza político-ideológica no que tange ao imperialismo e pautas mais conflituosas. Ademais, revela-se o compromisso instável da frente política neodesenvolvimentista. A partir desse momento, essa fração alia-se à campanha sobre a flexibilização do MERCOSUL e adesão a acordos extrabloco que interessavam sobretudo ao agronegócio, tendo em vista a busca pelo acesso aos mercados da Europa e dos EUA. Passa a defender, portanto, um projeto de integração baseado na ideia de zona de livre comércio e de liberdade para investimentos diretos, sem compromissos políticos e com baixa institucionalidade.

Percebe-se então que o MERCOSUL multidimensional (comercial, social e político), apesar de garantir os interesses dessa fração de classe dominante, é uma composição entre os interesses da grande burguesia interna com interesses das classes populares, de parte da diplomacia e dos setores organizados da esquerda (movimentos sociais e centrais sindicais) e uma vez que a frente neodesenvolvimentista entrou em crise, o projeto de integração também acaba entrando em um novo processo.

Ainda que fosse a grande beneficiária do regionalismo multidimensional, a burguesia interna não aceitou que houvesse posições políticas de grande enfrentamento aos EUA e a existência de uma aliança entre governos que aplicavam políticas de forte caráter redistributivo, como o Estado venezuelano. Essa fração passou a defender a política externa neoliberal e de retorno à subordinação passiva ao imperialismo.

Verificou-se, portanto, o peso que as questões relativas à política externa e o programa de inserção internacional neodesenvolvimentista teve na reconfiguração do bloco no poder com a crise política de 2016.

## Referências

- ALLISON, G. Modelos conceituais e a crise dos mísseis de Cuba. In: BRAILLARD, Philippe (org.). **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.
- AMORIM, C.; PRONER, C. Lawfare e geopolítica: América Latina em foco. **Sul Global**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 16-33, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/sg/article/view/49297>.
- BARROS, L. O. **Crise política, política externa e a alta classe média brasileira em 2016**: reflexões sobre a ideologia americanista. 2022. 125 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2022.
- BERRINGER, T. **A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula**. Curitiba: Appris, 2015.
- BERRINGER, T. A burguesia interna brasileira e a integração regional da América do Sul (1991-2016). **OIKOS**, v. 16, p. 15-29, 2017.
- BERRINGER, T.; BELASQUES, B. As relações Brasil-China nos governos Lula e Dilma. **Carta Internacional**, v. 15, p. 151-173, 2020.
- BERRINGER, T. The Neodevelopmentalist Front and Mercosur under the PT Governments: The Rise and Fall of Multidimensional Regionalism. **Latin American Perspectives**, v. 3, p. 111-127, 2021.
- BOITO JÚNIOR, A. A nova burguesia nacional no poder. In: BOITO Jr., A; GALVÃO, A. (orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda Editorial, p. 69-106, 2012.
- BOITO JÚNIOR, A. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade política da democracia. **Crítica Marxista**, n. 42, 2016.

- BOITO JÚNIOR, A. **Reforma e Crise Política no Brasil: os Conflitos de Classe nos Governos do PT**. 1ª edição. São Paulo: Editora UNICAMP/Editora UNESP, 2018.
- BRASIL. Dilma Rousseff (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). **Discurso da Presidenta da República por ocasião do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas**. Nova York, 21 set. 2011.
- CEBC. **Investimentos chineses no Brasil (2014-2015)**. 2016. Disponível em: <https://cebc.org.br/2017/07/12/investimentos-chineses-no-brasil-2014-2015/>. Acesso em: 02 de set. 2020.
- CERVO, A.; LESSA, A. C. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, n. 2, p. 133-151, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7329201400308>.
- CHEIBUB, Z. Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em perspectiva histórica. **Dados**, v. 1, 28, nº 1, 1985.
- CNA. **O que esperamos do próximo presidente 2015-2018**. 2014. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/BeefPoint/o-que-esperamos-do-prximo-presidente-web>. Acesso em: 11 de out. 2021.
- CNI. **Acordos comerciais – uma agenda para a indústria brasileira**. 2014. Disponível em: [http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo\\_24/2014/07/22/474/V30\\_Acordoscomerciais\\_web.pdf](http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2014/07/22/474/V30_Acordoscomerciais_web.pdf).
- CODATO, A. Poulantzas, o Estado e a revolução. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, v. 27, p. 65-85, 2008.
- CORNETET, J. M. A Política Externa De Dilma Rousseff: Contenção Na Continuidade. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 5, n. 24, p. 111-150, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.47628>
- COSTA, K. **Burguesias, Estado e regionalismo: uma análise do Mercosul**. 2021. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Universidade Federal do ABC, Santo André, 2021.
- FIESP. **8 eixos da integração em infraestrutura da América do Sul**, 2012. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/8-eixos-de-integracao-da-infraestrutura-da-america-do-sul/>.
- FIESP. **Documento de posição. Proposta de integração externa da indústria**. 2014.
- GRANATO, L. **Brasil, Argentina e os rumos da integração: Mercosul e a UNASUL**. Curitiba: Appris, 2015.
- HERMANN, C. Changing course: When governments choose to redirect foreign policy. **International Studies Quarterly**, n. 32, p. 3-21, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2600403>.
- LAFER, C. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- LIMA, M. R. S. A Agência Da Política Externa Brasileira: Uma Análise Preliminar. *In*: DESIDERÁ NETO, W.; FLORENCIO, S.B.L.; RAMAZINI JUNIOR, H.; SILVA FILHO, E.B. (orgs.). **Política Externa Brasileira em debate: dimensões e estratégias de inserção no pós-crise de 2008**. Brasília: FUNAG, IPEA, 2018.
- OLIVEIRA, A. J. O governo do PT e a Alca: política externa e pragmatismo. **Estudos avançados**, v. 48, n. 17, p. 311-329, 2003. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000200023>.
- OLIVEIRA, G. Política africana do Brasil: mudança entre Lula e Dilma? **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 6, n. 29, p. 33-47, abr./mai. 2015.
- PECEQUILO, C. As relações Brasil-Estados Unidos no governo Dilma Rousseff. **Austral**, v. 3, n. 6, p. 11-36, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/austral/article/download/49932/33163>.
- PEREIRA, R. O valor do Mercosul. **Política Externa**. v. 22, n. 3, 2014.
- POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. Campinas: Editora Unicamp, 2019.
- POULANTZAS, N. **Classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- POULANTZAS, N. **O Estado, o poder e o socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- PUTNAM, R. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 147-174, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200010>.
- RODRIGUES, P.; URDINEZ, F.; OLIVEIRA, A. Measuring international engagement: systemic and domestic factors in Brazilian foreign policy from 1998 to 2014. **Foreign Policy Analysis**. v. 15, n. 3, p. 370-391, 2019.
- ROSE, G. Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. **World Politics**, v. 51, n. 1, p. 144-172, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0043887100007814>.
- RIEDIGER, B. F. A posição brasileira frente ao conflito na Síria (2011-2013). **Revista Conjuntura Austral**, v. 4, n. 20, p. 35-52, 2013.

SCHUTTE, G. **Oásis para o capital – Solo fértil para a “corrida de ouro”: a dinâmica dos investimentos produtivos chineses.** Curitiba: Editora Appris, 2020.

SINGER, A. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016).** São Paulo: Cia das letras, 2018.

SOARES, A. **Paraguai 2012: o papel do Brasil e a ação da Unasul.** 2016. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – PPGRI San Tiago Dantas, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2016.

VALLE, A. Capital financeiro, frações de classe e a crise política de 2015-16. *In*: VALLE, A.; NARCISO, P. (orgs.). **A Burguesia brasileira em ação: de Lula a Bolsonaro.** Florianópolis: Enunciado Publicações, 2021.

VASCONCELOS, J. **A Agenda Regulatória dos BRICS.** Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. **A Política Externa Brasileira: busca de autonomia, de Sarney a Lula.** São Paulo: Editora Unesp, 2011.

---

*Funções de colaboração exercidas*

Tatiana Berringer:

Conceituação; Metodologia; Escrita (primeira redação);

*Informações fornecidas pela autora de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)*